

POVOADORES DE S.PAULO – DOMINGOS LUÍS GROU
(ADENDAS ÀS PRIMEIRAS GERAÇÕES)

H. V. Castro Coelho

Resumo: *Antepassado de numerosas famílias de S. Paulo tratadas por Pedro Taques e Silva Leme.*

Abstract: *Forefathers to several the S. Paulo families described by Pedro Taques and Silva Leme.*

§ 1º

I- DOMINGOS LUÍS GROU, n. em Portugal cerca de 1525, teria vindo para a Capitania de S. Vicente no 2º ou 3º quartel do século, passando a residir na vila de S. Paulo antes de 1562. Casou por 1554 c. Maria da Peña, filha de Antônio da Peña e de s/m Francisca de Góis, povoadores de Santos.

Em S. Paulo foi membro da governança e um dos principais sertanistas dos primeiros anos. A 16 de janeiro de 1562, reuniu-se em sua casa a câmara, na falta de paço do concelho, tendo requerido ao capitão mor que ordenasse o recolhimento à vila dos moradores de seu termo, porquanto estava a caminho de uma guerra (contra o gentio ameaçador).

A 8 de dezembro do mesmo ano, em pousadas do vereador Jorge Moreira, estando presentes o juiz ordinário Antônio de Mariz e doze pessoas da governança, assinou um “auto de ajuntamento” em que foi nomeado Salvador Pires procurador dos moradores, para requerer ao capitão mor, em S. Vicente, medidas de administração em prol da vila de S. Paulo (ACCSP, I, 12 e 18). Sua assinatura, ornada de alguns arabescos, está completa nessa acta: Domingos Luís Grou (Actas da Câmara, Lº 1º, 1562-1577).

A 9 de março de 1563, por eleição da câmara, recebeu o cargo de capitão do gentio (com autoridade sobre o alcaide) em cumprimento de uma provisão do Cap. Mor e Ouvidor Pedro Colaço, expedida aos juizes

ordinários para essa eleição (ACCSP, I, 24). Não consta na acta Pedro Colaço mas Pedro Fernandes, por engano no lançamento, segundo os autores. Assinou a respectiva acta com assinatura completa, idêntica a do ano de 1562 (Actas da Câmara, Lº 1º). Devido à perda da metade das actas da câmara entre os anos de 1554 e 1599, ignoram-se outros cargos que teria exercido.

Pelos anos de 1569 ou 1570, em consequência de certas dissensões, fatos mal esclarecidos em S. Vicente e S. Paulo, retirou-se dessa vila com seus administrados e acompanhantes e se estabeleceu numa região do rio Anhembi dominada por índios contrários. Como hábil capitão do gentio, devia ter um relacionamento pacífico com esses índios, os quais já manifestavam amizade pelo Padre José de Anchieta (Processo Remissorial de 1627-1628, depoimento de Ascenso Ribeiro e outras pessoas).

Muito se empenhou o Cap. Mor Jorge Ferreira em traze-lo de volta para S. Paulo, sem obter êxito. Foi bem sucedido nessa diligência o Beato Padre José de Anchieta que, no ano seguinte, conseguiu sua reconciliação (1).

Não obstante a maledicência de algumas pessoas (com omissão da defesa do acusado) nada se provou de matéria grave que resultasse em processo contra o sertanista, em sua prisão ou degredo. Retornando a S. Paulo em 1571 ou 1572, continuou a servir pouco tempo depois na governança. Em 1575, eleito no pelouro procurador do concelho, foi a 4 de fevereiro dispensado do cargo para acompanhar ao Cap. Mor Jerônimo Leitão na expedição do Dr. Antônio de Salema (governador da Repartição Sul do Brasil, com sede no Rio de Janeiro) movida contra os tamoios hostis, de Cabo Frio (ACCSP, I, 65). No ano seguinte, a 2 de novembro, foi nomeado almotacel (id., 108). Assinou as respectivas actas por abreviaturas e uma cruz (ver adiante).

A 20 de abril e a 25 de outubro de 1579, assinou na câmara duas actas de posturas (Actas da Câmara, Lº 3º, 1578-1582).

Em maio de 1580, com os camaristas e vinte e três pessoas, assinou na câmara uma petição dirigida ao ouvidor, Domingos Gonçalves da Costa, requerendo-lhe eximir de citação judicial em Santos os moradores de S. Paulo, exceto por “c¹⁰ onde se desaforem”; alegaram a distância de treze léguas, as perdas e dificuldades do caminho.

Tiveram, antes de 23 do mês, o despacho do ouvidor, deferido com as ressalvas legais (ACCSP, I, 164 e 165). Na acta, sua assinatura está completa, idêntica às dos anos de 1562 e 1563, acrescida de uma cruz ao centro (sinal dos cristãos).

Outro signatário da petição foi Bartolomeu Camacho, nome impresso na acta, por erro paleográfico, Bartolomeu Ramalho (Actas da Câmara, Lº 3º).

No mesmo ano, a 16 de julho, foi nomeado almotacel, tendo assinado a acta por abreviaturas. (ACCSP, I, 166).

Possuiu em S. Paulo uma sesmaria na paragem de Carapicuíba (“Sesm.”, I, 43) e chãos na vila que ainda pertenciam a alguns descendentes pelos anos de 1645 (DAESP).

A 11 de março de 1582, tomou posse do cargo de procurador, do pelouro, assinando a acta com assinatura completa, ao lado do vereador Salvador Pires (Actas da Câmara, Lº 3º). Depois desse dia, não assinou as actas de 24 de março, 1º de novembro e 10 de dezembro, as únicas publicadas, faltando as demais (ACCSP, I, 193 e 195).

A 6 de janeiro de 1583, como procurador do concelho do ano findo, assinou a abertura da pauta dos novos oficiais do pelouro e, a 7 de dezembro do mesmo ano, prestou contas do cargo de procurador que havia exercido em 1582 (id., 199 e 225). A 2 de agosto de 1584, com vinte seis pessoas, assinou a acta sobre a reconstrução da Casa do Concelho (id., 244).

Sua atuação na câmara não se confunde com a de Domingos Luís, o “carvoeiro” (2) cerca de quinze anos mais moço, que assinou nas actas de 23 de abril de 1585 em diante (id., 266 e 272).

A 18 de junho de 1584, havia apresentado à câmara, creio como capitão, um mandado, trazido ou recebido por ele de Santos, do Cap. Mor Jerônimo Leitão (id., 239). No ano seguinte acompanhou ao capitão mor na bandeira constituída para mover guerra contra os gentios carijó e tupi da região sul que, de quarenta anos a essas partes, haviam morto mais de cento e cinquenta portugueses e espanhóis (3) e até padres da Companhia de Jesus que os foram doutrinar (id., 276-286).

Em 1587, já estando em S. Paulo o Governador Jerônimo Leitão, regressou da bandeira encaminhando para essa vila grande leva de índios tupis, que deveriam ser repartidos entre os moradores, conforme havia estabelecido em capítulos com a câmara o mencionado governador (id., 333). No mesmo ano, com seu filho Luís Eanes e Antônio de Macedo, organizou oficialmente uma bandeira de cinquenta brancos, acompanhados de seus servos, para dar combate aos índios revoltosos de Mogí, que assolavam constantemente as aldeias de S. Paulo. Sofreu nessa ação grande revés, vindo a perder diversos membros da tropa (id., 388-476).

Em 1590, chegou a S. Paulo a notícia do desastre, comunicada por Antônio Arenso (id., 388). Vestiram-se de luto sua mulher Maria da Peña e sua nora Guiomar Rodrigues, mulher de Luís Eanes, mas o Beato José de Anchieta, visitando-as, profetizou que o Cap. Domingos Luís Grou e seu filho estavam vivos (“Processo Informativo de S. Paulo para a beatificação do Padre José de Anchieta, ano de 1622”).

Em 1593, ainda se requeriam na câmara de S. Paulo providências contra o gentio de Mogí (id., 478).

Segundo os autores, o Cap. Domingos Luís Grou já era falecido em junho de 1594(4). Sua mulher faleceu, creio, por volta de 1615, sendo inventariada em S. Paulo, conforme referiu seu neto Luís Eanes em 1628 no testamento (INV. E TEST., VII, 430). Não foram localizados os inventários do casal.

Através dos documentos são conhecidos os filhos:

- 1(II)-** LUÍS EANES, n. cerca de 1554 – segue.
- 2(II)-** DOMINGOS LUÍS GROU, mencionado pelos autores.
- 3(II)-** ANTÔNIO LUÍS GROU C.c. Guiomar Bicudo - § 2º.
- 4(II)-** CAP. MATEUS LUÍS GROU, n. em 1577, C.c. Isabel de Pinha Cortez - § 3º.
- 5(II)-** HILÁRIA LUÍS C. por 1596 c. o Cap. Belchior Dias Carneiro, n. por 1560, um dos principais sertanistas de S. Paulo, filho de Lopo Dias Machado, que ainda vivia em 1609 (grande amigo da Ordem do Carmo) e de s. 1ª mulher Beatriz Dias, povoadores da Capitania; era irmão de Susana Dias, eminente cristã, que depôs em 1622 no “Processo Informativo de S. Paulo para a beatificação do Padre José de Anchieta”. Faleceu Belchior Dias Carneiro no sertão em 1608, no posto de capitão mor de uma bandeira e foi inventariado em S. Paulo. Serviram no inventário como procuradores da viúva seu irmão Antônio Luís Grou e o tio afim Alvaro Neto, C.c. Mécia da Peña (INV. E TEST., II, 109).
- 6(II)-** MARIA LUÍS C. antes de 1598 c. o Cap. Simão Álvares Martins, n. por 1570, filho de Marcos Fernandes, o velho, e de s/m Maria

Afonso (INV. E TEST., XXVI, 248). Foi o Cap. Simão Álvares Martins um grande sertanista de S. Paulo. Em 1627 exerceu o cargo de juiz ordinário.

Faleceu em 1636 e s/m em 1643 com testamento. Sua filha D. Maria Luís Grou, mulher de João Barreto (2º marido) deixou por seu falecimento, em 1642, cento e sessenta e oito administrados do gentio (INV. E TEST., XXVIII, 191).

7(II)- ANA LUÍS GROU, n. cerca de 1579, C.c. Vicente Bicudo, n. por 1570, filho de Antônio Bicudo (o velho) e de s/m Isabel Rodrigues - § 5º.

II- LUÍS EANES, n. cerca de 1554, C. em 1572 c. Guiomar Rodrigues, n. por 1559. A 22 de junho de 1572, assinou na câmara, com os camaristas e quinze pessoas da governança, um “auto de ajuntamento”, proibindo que índios ponteiros da vila fossem levados para o Rio de Janeiro (ACCSP, I, 52). Obteve pelos anos de 1582, do Cap. Mor Jerônimo Leitão, sesmaria de uma légua de terras em Quitauína (INV. E TEST., III, 465).

Em 1588, seguiu na bandeira de cinquenta brancos, movida por seu pai e Antônio de Macedo contra o gentio revoltoso de Mogí.

Faleceu antes de 1597 e sua mulher em 1625, com testamento e disposições pias, estando viúva do 2º marido, Diogo Martins Machuca, falecido no sertão em 1613. Pediu a seus filhos que cumprissem por ela duas novenas: uma a Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém e outra ao glorioso Santo Amaro.

Tiveram três filhos e duas filhas, falecidas sem geração:

1(III)- LUÍS EANES, n. em fevereiro de 1573 (tinha de idade cinquenta e cinco anos e oito meses a 21 de outubro de 1628, conforme declarou no testamento). C. cerca de 1597 c. Vitória Gonçalves e 2º vez c. Jerônima Dias.

Em S. Paulo foi membro da governança e figurou na pauta para procurador do concelho em 1620 e 1625 (ACCSP, II, 439 e III, 159). Serviu em Parnaíba o cargo de escrivão e tabelião, segundo os autores.

Seguiu nas bandeiras do Cap. Nicolau Barreto ao Guairá, em 1602, e do Cap. Belchior Dias Carneiro (com mais de quarenta brancos) a Mato Grosso, em 1607 (ACCSP, II, 235). A

11 de abril de 1622, depôs no “Processo Informativo de S. Paulo para a beatificação do Padre José de Anchieta”. Referiu-se à profecia de Anchieta, em 1590, sobre as dificuldades de seu pai Luís Eanes e do avô Domingos Luís Grou, na bandeira de Mogí, e aos lutos de sua mãe Guiomar Rodrigues e da avó Maria da Peña, em S. Paulo.

Em 1628, seguiu na bandeira do Guairá, com seu tio Cap. Mateus Luís Grou, vindo a falecer nos sertões de Ibiaguira (cabeceiras do Ribeira de Iguape) em janeiro de 1629, com testamento e disposições pias.

Teve chãos nas vilas de S. Paulo e Parnaíba, meia légua de terras em Carapicuíba, outra meia légua em Parnaíba e, ao menos, sete administrados do gentio.

No inventário de sua avó, Maria da Peña, comprou uma plantação de mantimentos que destinou ao irmão mais moço, Rui Gomes Martins, órfão do pai em 1613 (INV. E TEST., VII, 430); c. geração.

- 2(III)-** ASCENSO LUÍS GROU, n. por 1575 e batizado na igreja de Santo Antônio, C.c. Iria Camacho, n. por 1595, filha de Francisco Rodrigues Barbeiro, creio nascido em Portugal, e de s. 2ª m. Esperança Camacho (falecida com testamento e disposições pias em 1623) irmã de Antônio Camacho, sesmeiro em 1610, que exerceu os cargos da câmara de S. Paulo. Em 1630, figurou como membro da governança dessa vila (ACCSP, IV, 47) e, em Parnaíba, foi escrivão e tabelião.

Seguiu na bandeira do Cap. Antônio Pedroso de Alvarenga ao Paraúpava, em 1615, e na do Cap. Mateus Luís Grou ao Guairá, em 1628 (Carvalho Franco).

Faleceu em Parnaíba em 1649, com testamento e disposições pias, tendo declarado seus pais e sogros. Nomeou testamentários sua mulher, instituída herdeira, por não haver filhos, e o Padre Vigário Alvaro Neto Bicudo (parente em 3º grau). Por morte de Iria Camacho, seria herdeiro o referido sacerdote “para que faça bem por suas almas” (INV. E TEST., XXXVI, 161); c. geração falecida.

- 3(III)-** DOMINGOS LUÍS GROU, falecido solteiro antes da mãe.

§ 2º

- II-** ANTÔNIO LUÍS GROU, n. em S. Paulo por 1565, C. por 1600 c. Guiomar Bicudo, filha de Antônio Bicudo, o velho, ouvidor e juiz ordinário, e de s/m Isabel Rodrigues. Na câmara de S. Paulo foi almotacel em 1607 (ACCSP, II, 179 e 197). Seguiu na bandeira do Cap. Nicolau Barreto, em 1602, e na do Cap. Antônio Raposo Tavares, em 1628, ambas ao Guairá. Em 1631, ainda vivia em sua fazenda de Quitauína, segundo os autores. Pais de (S.L., VI, 465):
- 1(III)-** ISABEL BICUDO C. depois de 1620 c. o Cap. Pedro Madeira, n. em 1584, viúvo de Violante Cardoso. Tiveram oito filhos nascidos entre os anos de 1625 e 1643.
- 2(III)-** MIGUEL NUNES BICUDO C. em S. Paulo a 23 de maio de 1638 c. Beatriz Gomes.
- 3(III)-** JERÔNIMA DE MENDONÇA C. em 1630 c. Pedro Alves de Oliveira e 2ª vez a de janeiro de 1636 c. João Pais Ferreira, natural de Portugal.
- 4(III)-** LUZIA BICUDO C. a 5 de agosto de 1634 c. Romão Freire, viúvo.
- 5(III)-** CATARINA BICUDO, n. por 1617, C. a de outubro de 1637 c. o Cap. Gaspar Vaz Madeira, n. em 1611, filho do Cap. Pedro Madeira (juiz ordinário em S. Paulo em 1630) e de s. 1ª m. Violante Cardoso; n.p. de Gonçalo Madeira (juiz ordinário em 1598) e de s/m Clara Parenta, a velha; n.m. do Cap. Gaspar Vaz Guedes (juiz ordinário em 1600) e de s/m Francisca Cardoso.
- Foi o Cap. Gaspar Vaz Madeira sertanista dos mais ativos (Carvalho Franco); c. grande descendência em Taubaté, Jacareí etc. (título Dias).

- 6(III)-** SEBASTIANA BICUDO C. a 19 de outubro de 1642 c. Jorge Madeira, n. em 1613, filho do Cap. Pedro Madeira e de s. 1ª m. Violante Cardoso (INV. E TEST., II, 256).

§ 3º

- II-** CAP. MATEUS LUÍS GROU, n. em 1577, C. por 1620 c. Isabel de Pinha Cortez, filha de Blaz de Piña Cortez, castelhano, e de s/m Isabel Lopes, oriundos de Itanhaém, sesmeiros em “Boigimirim” em 1609 (“Sesm.”, I, 223).

Obteve a 19 de setembro de 1619, com seu irmão Antônio Luís Grou, uma sesmaria no rio Juquerí, partindo com Manuel Preto (“Sesm.”, II, bis, 71).

Foi sertanista, tendo seguido na bandeira de do Cap. Belchior Dias Carneiro a Mato Grosso, em 1607, e na do Cap. Henrique da Cunha Gago ao Guairá, em 1623.

Em 1628, por ocasião da grande bandeira do Guairá, foi um dos capitães das tropas que seguiam sob o comando do Cap. Mor Antônio Raposo Tavares e do Mestre de Campo Manuel Preto (Carvalho Franco).

A 7 de abril de 1622 e a 11 de outubro de 1627, depôs em S. Paulo, como testemunha, nos processos de beatificação do Padre José de Anchieta. Foi discípulo do Padre Anchieta, na escola, e teve conhecimento de seus milagres e profecias. Em 1622, também depôs Mécia da Peña, irmã da falecida mãe do depoente (Processos Informativos de S. Paulo, ano de 1622, e Remissorial de S. Paulo, anos de 1627 e 1628, para a beatificação do Padre José de Anchieta).

Em 1630, assinou uma acta na câmara, com os camaristas e vinte e uma pessoas da governança da vila, tratando de uma questão religiosa (ACCSP, IV, 47).

Fez petição ao Cap. Mor Antônio de Aguiar Barriga e obteve a 4 de julho de 1639 outra sesmaria (ou confirmação) de uma légua de terras, em Juquerí Mirim. Declarou ser morador na vila de S. Paulo, “filho e neto dos povoadores desta capitania e assim elle supplicante como seu pae e avós sempre assistiram com suas pessoas e fazendas em as occasiões que se offereceram do serviço de Sua Magestade e a bem da povoação desta villa...” e tinha mulher e filhos para sustentar (“Sesm.”, I, 345).

Passou a residir na nova povoação de Nossa Senhora do Desterro de Jundiá (elevada à vila, segundo os autores, em 14 de

dezembro de 1655) onde obteve da câmara datas de chãos para casas (Mazzuia Mário, “Jundiá Através de Documentos”, pp. 19-53). Faleceu em 1658, conforme escreveu Silva Leme, e s/m antes de 1678, sendo inventariados nessa vila (v. INV. E TEST., XIX, 314).

Tiveram, nascidos creio entre os anos de 1620 e 1635, sete filhos:

1(III)- ANTÔNIO LUÍS DE PINHA C.c. Maria da Silva – segue.

2(III)- DOMINGOS LUÍS GROU, n. por 1630, C.c. Maria Anutnes - § 4º.

3(III)- MARIA LUÍS, n. por 1626, C. em S. Paulo a 10 de abril de 1644 c. José de Oliveira Dorta, n. em 1619, filho de Rafael de Oliveira, o velho, e de s. 2ª m. Catarina Dorta (INV. E TEST., III, 274 e 305); n.p. de Oliveira (n. por 1545) e de s/m Maria Gonçalves (n. por 1556) ambos filhos de povoadores da Capitania (v. adiante). Rafael de Oliveira, n. em 1572 (INV. E TEST., IX, 214) pertenceu à governança de S. Paulo, tendo exercido os cargos de almotacel em 1606, procurador do concelho em 1613, vereador em 1627 e, chamado “o velho”, novamente vereador em 1647 (ACCSP, II, 152 e 327, III, 256 e V, 289) escrivão da Misericórdia em 1632, etc.; em 1609, com Domingos Bicudo, Francisco de Oliveira e outros, obteve uma sesmaria em S. Paulo, sendo todos “netos de povoadores” (“Sesm.”, II, bis, 47).

José de Oliveira Dorta (Mazzuia, 20 e 45) era irmão por parte paterna do Cap. Rafael de Oliveira, o moço, morador em S. Paulo em 1638, com a posse de duzentos e vinte administrados do gentio (segundo o inventário da 1ª mulher, Maria Ribeiro) considerado um dos fundadores da vila e matriz de Nossa Senhora do Desterro de Jundiá, juntamente com os descendentes e parentes da viúva Petronilha Rodrigues Antunes (5); c. geração (S.L., IV, 314, 1-1).

4(III)- MARIA DE PINHA C.c. Pedro de Melo Coutinho, falecido em 1654, e 2ª vez c. Antônio da Mota de Moraes. Em 1657 era viúva e morava em Jundiá (Mazzuia, 53).

5(III)- ISABEL DE PINHA C.c. Manuel Antunes Preto (S.L., VIII, 325, 2-6) que deve ser o vereador mais velho de Jundiáí, em 1666 (Mazzuia, 62). Já eram falecidos em 1678, conforme referência no inventário de seu irmão Domingos Luís Grou (INV. E TEST., XIX, 314); c. geração.

6(III)- ANA DE PINHA, solteira em 1658.

7(III)- CATARINA LUÍS (DE PINHA) n. por 1635, C.c. Baltazar de Magalhães Coelho, vereador mais velho de Jundiáí, em 1668, falecido nessa vila em 1671 (Mazzuia, 63).

III- ANTÔNIO LUÍS DE PINHA, n. em 1624, foi morador na vila de Jundiáí onde obteve chãos por doação da câmara (Mazzuia, 19 e 48).

Casou por 1653 c. Maria da Silva, n. depois de 1632, filha de André Bernardes (ou Bernal) e de s/m Domingas Ribeiro, n. em 1614 (irmã do Cap. João do Prado Martins, juiz ordinário em Taubaté em 1651); n.p. de João Bernal e de s/m Helena Gonçalves (irmã do Cap. Diogo Gonçalves Penedo, de Parnaíba) e n.m. de João do Prado, o moço, e de s/m Maria da Silva de Sampaio; bisneta, por Helena Gonçalves, de Diogo Penedo e de s/m Helena Gonçalves, de S. Vicente.

Na condição de cristão velho, depôs em Jundiáí a 8 de abril de 1657, como testemunha, no processo de genere et moribus do Padre Pedro Leme do Prado (ACMSP). No mesmo ano, exerceu nessa vila o cargo de juiz ordinário (Mazzuia, 14 e 38-41).

Creio tratar-se da mesma pessoa o morador de Taubaté, Antônio Luís Grou, referido em diversos documentos cartorários (AHMFG) ou Antônio Luís Grou de Pinha Cortez, credor de uma pequena quantia no inventário de Domingos Martins do Prado (filho de João Bernardes do Prado e de s/m Antônia Gonçalves) falecido com testamento em 1698. Teria Antônio Luís de Pinha transferido sua residência para essa vila, acompanhando numerosas famílias de Jundiáí que aí se estabeleceram no 3º quartel do século (AHMFG). Faleceu por volta de 1700.

Pais de, entre outros:

1(IV)- ANDRÉ, batizado na matriz de S. Paulo a 14 de novembro de 1654 pelo Padre Domingos Gomes Albernaz, sendo padrinhos André Bernal (avô) e Ascensa Ribeiro (que deverá ser irmã da mãe do batizando).

- 2(IV)-** JOÃO LUÍS VELHO C.c. Maria de Oliveira – segue.
- IV-** JOÃO LUÍS VELHO, n. por 1665, C. por 1696 c. Maria de Oliveira, n. por 1680 (dos “Oliveiras Lobos”). Parece ter sido morador em Pindamonhangaba ou Guaratinguetá. Ambos faleceram antes de 1744. Pais de, entre outros:
- 1(V)-** ANTÔNIO DA SILVA DE OLIVEIRA, n. cerca de 1697, C. creio por 1738 c. Isabel Monteiro, n. cerca de 1717, filha de Bartolomeu Monteiro e de s/m Ana Leme Cabral; c. geração.
- 2(V)-** MATIAS DE OLIVEIRA, n. cerca de 1712, C. em Guaratinguetá em 1739 c. Marinha Fragoso, n. cerca de 1711, filha de Manuel da Costa Matos, natural do lugar de Arazede, termo da vila de Monte Mor o Velho, comarca e bispado de Coimbra, falecido com testamento e disposições pias, em Guaratinguetá em 1720, e de s/m Estácia da Veiga, natural de Taubaté; n.p. de Manuel Francisco e de s/m Francisca da Costa e n.m. do Cap. Lourenço da Costa da Veiga e de s/m Marina Fragoso, de Taubaté; bisneta, pelo avô materno, de Lourenço da Veiga e de s/m Ana de Proença, naturais de S. Paulo e, pela avó materna, do Coronel Sebastião de Freitas (pessoa da governança e juiz ordinário em 1673 e 1684) e de s/m Maria Fragoso, trineta, por Ana de Proença, do Cap. Salvador Pires de Medeiros e de s/m Ana de Proença, naturais de S. Paulo (AHMFG); c. geração.
- 3(V)-** TOMÉ DE OLIVEIRA, n. por 1715 – segue.
- 4(V)-** CATARINA, n. por 1718, C. em Guaratinguetá em 1746 c. Valério Francisco Botelho, filho de João Dias Arenso e de s/m Helena Nunes de Torres.
- V-** TOMÉ DE OLIVEIRA, n. por 1715, C. em Guaratinguetá em 1744 c. Antônia da Silva de Jesus, n. por 1730, filha de José da Costa de Camargo e de s/m Francisca Monteiro, n. em 1707; n.p. de Pedro da Costa, natural de Iguape, e de s/m Joana de Camargo, natural de S. Paulo, falecida viúva em 1726 em Guaratinguetá; n.m. de Manuel da Costa Matos e de s/m Estácia da Veiga. Era Francisca Monteiro irmã de: Lourenço da Veiga, C.c. Catarina da Costa de Camargo, n. em 1713, filha de Pedro da Costa e de s/m Joana

de Camargo, de Manuel da Costa Matos (o moço) n. em 1709 (portador de uma bela assinatura de arabescos) e da mencionada Marinha Fragoso (Arquivo Judiciário de Guaratinguetá).

Faleceu Tomé de Oliveira viúvo, em 1798, deixando onze ou mais filhos, todos naturais dessa vila:

- 1(VI)-** MARIA DE OLIVEIRA, batizada a 11 de março de 1745 (com menção dos avós no termo) C. em 1772, depois de dispensados do 4º grau de consangüinidade, c. Salvador Correia de Brito, batizado na mesma vila a 20 de janeiro de 1748, filho de Pedro Nunes Fialho, falecido em 1785, e de s/m Ana Maria do Prado; n.p. de João Dias Arenso e de s/m Helena Nunes de Torres e n.m. do Cap. Salvador Correia de Brito e de s/m Margarida Bicudo Leme (AHMFG); bisneto pelo avô materno, do Cap. Mateus Martins do Prado, n. em 1641, e de s/m Francisca Correia Moreira, n. em 1640, sendo o bisavô irmão de Maria da Silva, retro (nº III) ambos filhos de André Bernardes e de s/m Domingas Ribeiro (ACMSP).
- 2(VI)-** JOSÉ, batizado a 20 de março de 1747.
- 3(VI)-** TOMÉ DA SILVA DE OLIVEIRA, b. a 26 de agosto de 1749, C.c. Ana Maria de Jesus, filha dos referidos Pedro Nunes Fialho e de s/m Ana Maria do Prado (Arquivo Judiciário).
- 4(III)-** ANTÔNIA DE OLIVEIRA, n. cerca de 1755.
- 5(III)-** ANA DA SILVA DE OLIVEIRA, n. cerca de 1756, C. em 1775 c. José Pinto de Castro, filho de André Pinto de Castro, natural de S. João de Icaraí, bispado do Rio de Janeiro, e de s/m Antônia da Silva de Jesus, de Guaratinguetá; n.p. de José Pinto de Castro e de s/m Teresa de Jesus e n.m. do Cap. José do Rêgo Barbosa (pessoa da governança dessa vila) e de s/m Francisca Cordeiro (S.L., III, 66).
- 6(III)-** INÁCIO DA SILVA DE OLIVEIRA, b. a 19 de agosto de 1761.
- 7(III)-** FRANCISCA MARIA DE JESUS, b. a 10 de outubro de 1763.

- 8(III)-** João, b. a 26 de julho de 1765.
- 9(III)-** PEDRO DOS SANTOS DE OLIVEIRA, b. a 4 de fevereiro de 1767, C.c. Maria José da Conceição; c. geração.
- 10(III)-** MANUEL DA SILVA DE OLIVEIRA, b. a 12 de fevereiro de 1768, C. a 12 de janeiro de 1789 c. Rita Cardoso de Siqueira, filha de Antônio Barbosa de Lima e de s/m Francisca Cardoso de Siqueira.
- 11(III)-** ANTÔNIO DA SILVA DE OLIVEIRA, b. a 24 de agosto de 1770, C. a 24 de setembro de 1797 c. Ana Maria de Jesus, b. a 16 de julho de 1774, filha de Antônio Machado de Lima e de s/m Teresa de Jesus Coelho (S.L., III, 52, 5-5); c. geração (*).

§ 4º

- III-** DOMINGOS LUÍS GROU, n. em S. Paulo por 1630, filho do Cap. Mateus Luís Grou e de s/m Isabel de Pinha Cortez (INV. E TEST., XIX, 314) C. nessa cidade em 1663 c. Maria Antunes, n. por 1647, filha de Antunes (?) e de s/m Filipa Fernandes (esta viúva de Pedro Saraspe, com quem havia casado a de junho de 1635); n.m. de Manuel Fernandes Gigante (que serviu os cargos da câmara) e de s/m Agostinha Rodrigues, por esta, bisneta do Cap. Francisco Rodrigues Velho, provedor dos quintos de Sua Majestade, e de s/m Brígida Machado (a moça) e tetraneta do Cap. Mor Pedro Colaço Vilela, cavaleiro fidalgo da Casa Real (governador da Capitania de S. Vicente em 1562 e de 1571 a 1573) e de s/m Brígida Machado, esta, filha de Rui Dias Machado, juiz ordinário em 1555, e de s/m Cecília Rodrigues.

Depois da morte de sua mãe Filipa Fernandes, ocorrida em Mogí das Cruzes por volta de 1651, passou a viver a órfã Maria Antunes sob a tutela de um tio (?) Manuel Peres Calhamares (S.L., VIII, 323) morador em S. Paulo e casado com Maria Antunes, filha de Manuel Antunes e de s/m Inocência Rodrigues (que devia ser irmã da mencionada avó da órfã) e n.p. de Gaspar Fernandes, de Portugal, e de s/m Domingas

* As datas de batismos e casamentos dos filhos de Tomé de Oliveira, na maioria, por informação de seu descendente Joaquim Roberto Fagundes (sócio da ASBRAP).

Antunes, esta, irmã do Cap. Mor Manuel Preto, bandeirante e o instituidor da Capela de Nossa Senhora da Esperança, em São Paulo.

Faleceu Manuel Peres Calhamares a 17 de abril de 1663 (sem filhos menores) dispondo no testamento a terça parte da meação à sua tutelada Maria Antunes, que foi instituída herdeira, em 1656, com o irmão Francisco Saraspe e seis tios, no testamento e inventário do avô materno.

Recebeu a órfã, no rol dos bens legados por Manuel Peres: um sítio em Ambuassava, casas na vila, abaixo de Santo Antônio, partindo com Gabriel Alves de la Peña, e cinco administrados do gentio (INV. E TEST., XVI, 375).

Teria seguido Domingos Luís Grou como sertanista em diversas entradas, de 1650 em diante, e faleceu sem testamento numa bandeira, sendo inventariado em 1678. Possuía nesse ano cerca de vinte e oito administrados do gentio, casas na vila e um pequeno rebanho de gado vacum.

Faleceu a viúva em S. Paulo a 14 de maio de 1682, com testamento, em que determinou sepultura no convento do Patriarca S. Francisco, tendo nomeado testamenteiros seu 2º marido, Cap. Bartolomeu da Rocha do Canto (eleito juiz ordinário nessa cidade em 1674) e o cunhado Antônio da Rocha do Canto (DAESP).

Tiveram três filhas, batizadas em S. Paulo:

- 1(IV)-** CATARINA, a 27 de agosto de 1667 pelo Padre Domingos da Cunha, sendo padrinhos os referidos Bartolomeu da Rocha e Maria Antunes.
- 2(IV)-** Domingas, a 2 de novembro de 1669 pelo Padre João Leite da Silva, sendo padrinhos Baltazar da Rocha do Canto e Antônia Correia.
- 3(IV)-** Maria, a 11 de novembro de 1672 pelo Padre Domingos Gomes Albernaz, sendo padrinhos (Francisco) Bueno Luís e (Pau) la Moreira (Sé, Lº de 1663-1699, fls. 55v., 79 e 120 v.).

§ 5º

- II-** ANA LUÍS GROU, n. por 1579, filha do Cap. Domingos Luís Grou e de s/m Maria da Peña, C. a 1ª vez por 1598 c. Vicente Bicudo, filho de Antônio Bicudo, o velho, e de s/m Isabel Rodrigues. Foi Vicente Bicudo vereador em S. Paulo em 1612 e faleceu por volta de 1615 numa bandeira dirigida

aos sertões de Santa Catarina. Casou a viúva c. Jerônimo de Brito e faleceu em Parnaíba, com testamento, a 15 de janeiro de 1644. Fez disposições pias e deixou setenta missas encomendadas por sua alma e outras intenções (INV. E TEST., XXIX, 51).

Teve do 1º matrimônio seis filhos (S.L., VI, 467).

1(III)- ANTÔNIO BICUDO DE MENDONÇA C.c. Ana Pires de Medeiros, irmã do Cap. Salvador Pires de Medeiros (DAESP).

2(III)- FRANCISCO BICUDO FURTADO C.c. Madalena de Pinha.

3(III)- VICENTE ANES BICUDO, n. por 1605, foi morador em Parnaíba onde C.c. Clara de Oliveira Lobo, irmã de Alberto Lobo Tinoco e de outras pessoas aí residentes.

Serviu nessa vila o cargo de juiz ordinário e de órfãos em 1646 (INV. E TEST., XXIX, 48).

4(III)- DOMINGOS NUNES BICUDO, n. por 1607, C. em Parnaíba com Ana da Costa. Foi juiz ordinário nessa vila em 1643 (RIGB, 1991, p. 163-164).

5(III)- MÉCIA NUNES BICUDO C.c. Francisco de Proença – segue.

6(III)- MARIA BICUDO, n. por 1613, C. em S. Paulo a 14 de fevereiro de 1635 c. o Cap. João Mendes Giraldo, juiz ordinário e de órfãos em Parnaíba em 1634 e 1650, filho de João Fernandes Giraldo, n. na Ilha da Madeira em 1549, e de s. 2ª mulher Isabel Mendes; n.p. Manuel Fernandes Giraldo e de s/m Joana Fernandes e n.m. de André Mendes e de s/m Isabel Afonso (a moça) n. cerca de 1557 e falecida depois de 1642 (INV. E TEST., XIII, 481).

III- MÉCIA NUNES BICUDO, n. por 1608, C. por 1623 c. Francisco de Proença, viúvo de Isabel Ribeiro, “homem nobre” (INV. E TEST., XI, 465 e 479) filho do Cap. Antônio de Proença (juiz ordinário em 1582, 1587 e 1591) e de s/m Maria Castanho (a moça) por esta, neto do Cap. Mor e Ouvidor Antônio Rodrigues de Almeida, cavaleiro fidalgo da Casa Real (governador da Capitania de Santo Amaro entre os anos de 1557 e 1568) e de s/m Maria Castanho.

Maria Castanho (a moça) nascida em Lisboa em 1557, depôs em 1627 no “Processo Informativo de S. Paulo para a beatificação do Padre José de Anchieta”.

Faleceu Francisco de Proença com testamento e disposições pias, em 1638, e foi inventariado em S. Paulo. Encomendou no testamento cento e onze missas. Arrolaram-se no inventário um sitio, gado, sesmaria, casas na vila e cerca de cinquenta administrados do gentio.

Havia falecido Mécia Nunes em 1631, com testamento, em que determinou ser enterrada na sepultura de seu pai Vicente Bicudo e dispôs, por sua alma, quatorze missas e algumas obras pias. Seu marido cumpriria por ela uma romaria de nove dias a Nossa Senhora da Conceição (de Guarulhos) e outra de um dia a Santo Amaro (INV. E TEST., VIII, 290).

Tiveram uma única filha:

- IV-** ANA DE PROENÇA, n. por 1624, C. em S. Paulo a 5 de junho de 1638 c. o Cap. Salvador Pires de Medeiros, n. por 1610, filho do Sargento Mor Salvador Pires de Medeiros e de s/m Inês Monteiro de Alvarenga.

Serviu o Cap. Salvador Pires o cargo de juiz ordinário em Taubaté em 1655 (AHMFG) e faleceu nessa vila em 1677, creio casado a 2ª vez.

Havia falecido Ana de Proença em 1644, sem testamento, e foi inventariada em S. Paulo. Declararam-se no inventário um sítio em Juquerí, alguns lances de casas nessa cidade e trinta e oito administrados do gentio (INV. E TEST., XXVI, 61).

Pais de (título Pires):

- 1(V)-** SALVADOR PIRES BICUDO (OU PIRES MONTEIRO) n. em S. Paulo em 1643, C.c. Custódia Moreira.
- 2(V)-** INÊS MONTEIRO DE ALVARENGA, n. em 1640, C. em Taubaté por 1657 c. João de Azeredo Coutinho, natural do Rio de Janeiro; c. geração, em que aparece o apelido Távora.
- 3(V)-** ANA DE PROENÇA, n. em 1641, C. em Taubaté por 1658 c. Lourenço da Veiga, filho de Jerônimo da Veiga, “homem nobre”, e de s/m Maria da Cunha, todos naturais de S. Paulo; n.p. de Belchior da Costa da Veiga, de Portugal, e de s/m Estácia Antunes e n.m. de João Gago da Cunha e de s/m Catarina do Prado; c. geração (título Veigas).

- 4(V)-** MÉCIA BICUDO, n. em 1644, C. em Taubaté por 1670 c. o Cap. Francisco Álvares Correia, n. em Mogí das Cruzes em 1642, filho do Cap. Francisco Álvares Correia (o velho) natural de Vila Real, segundo os autores, e de s. 2ª m. Guiomar de Alvarenga, esta, batizada no Rio de Janeiro a 22 de janeiro de 1617 e filha de Manuel Rodrigues de Alvarenga e de s/m Guiomar de Castilho (conforme escreveu Carlos G. Rheingantz). O Cap. Francisco Álvares Correia (o velho) serviu em Mogí das Cruzes o cargo de juiz ordinário e de órfãos em 1639; era irmão ou parente próximo do 1º provedor da Fazenda Real, Cap. Sebastião Fernandes Correia (AHMFG); c. geração (título Álvares Correias).
- 5(V)-** ANTÃO PIRES DE MEDEIROS, n. por 1645 (?) creio filho do 2º matrimônio do Cap. Salvador Pires de Medeiros. Em 1661, no inventário de João de Azeredo Coutinho, assinou a rogo de sua irmã Inês Monteiro (AHMFG). Era cunhado de Lourenço da Veiga, C.c. Ana de Proença, sua irmã (INV. E TEST., XVII, 490). Em Paratí foi tabelião em 1672-1680 uma pessoa desse nome (creio tratar-se do mesmo).

Notas

1

Procurando alcançar com seus guias a pousada do sertanista, sofreu o Padre José de Anchieta naufrágio numa grande cachoeira do rio Anhembí, sendo retirado ileso do rio por um índio e com o breviário enxuto. Numerosas testemunhas dos processos de sua beatificação referiram-se ao episódio em S. Paulo, Rio de Janeiro, Lisboa, Évora e outras cidades, conforme escreveu o Padre H. A. Viotti, S.J. (Processo Remissorial de 1627 e 1628, S. Paulo).

2

A 8 de dezembro de 1562, sua assinatura está completa e com alguns arabescos – Domingos Luís Grou - (ACCSP, I, 18).

A 9 de março de 1563, eleito capitão dos índios, assinou com assinatura completa, com arabescos, semelhante à do ano anterior (id., 24).

A 4 de fevereiro de 1575, eleito procurador do concelho, assinou por uma abreviatura com cruz ao centro – d^{os} + luis - (id., 64 e 65).

A 2 de novembro de 1576, nomeado almotacel, assinou por uma abreviatura com cruz ao centro – d^{os} + lluis -, declarando-se no termo que fora eleito procurador do concelho no ano anterior (id., 108); comparada essa assinatura com a de 4 de

fevereiro de 1575 ve-se que são diferentes (talvez uma ou outra lavrada pelo próprio escrivão, a pedido do camarista).

A 20 de abril de 1579, numa acta de posturas sobre os preços da carne, assinou – d^{os} + lujs -, rubrica um pouco diferente das duas anteriores (id., 142).

A 25 de outubro de 1579, numa acta sobre a mesma questão de preços, assinou – dom + ngos luis – (id., 150).

A 14 de maio de 1580, no requerimento ao ouvidor, assinou com assinatura completa, igual às dos anos de 1562 e 1563, acrescida de uma cruz ao centro – Domingos Luis + Grou (id., 165).

A 16 de julho de 1580, nomeado almotacel, assinou - d^{os} + luis – rubrica um pouco diferente das três anteriores (id., 166).

A 11 de março de 1582, eleito procurador do concelho pela 2ª vez, assinou com assinatura completa, semelhante às dos anos de 1562, 1563 e 1580 (mês de maio) – Domingos Luis Grou – (id., 193).

A 6 de janeiro de 1583, na abertura da pauta dos novos oficiais do pelouro, assinou - Domigos (c/ til) Luis – (id., 199).

A 7 de dezembro de 1583, na prestação de contas como procurador do concelho do ano de 1582, assinou com assinatura completa, semelhante às dos anos de 1562, 1563, 1580 e 1582 – Domingos Luis + Grou – (id., 225).

A 2 de agosto de 1584, na acta sobre a reconstrução da casa do concelho, assinou – D^{os} + lluis – (id., 244).

De 23 de abril de 1585 em diante, aparecem nas actas as assinaturas de Domingos Luís, o carvoeiro, que nesse dia assinou – dg^o luis + carboero – (id., 266) estando Domingos Luís Grou ausente da vila, na bandeira do sul, contra os carijós, e pouco depois na de Mogí, contra os guarulhos. O 1º cargo exercido por Domingos Luís, o carvoeiro, foi o de almotacel, por nomeação da câmara a 4 de agosto de 1585, tendo assinado – dg^o luis – (id., 272).

3

Martim Afonso de Sousa já havia determinado aos fidalgos Rui Pinto e Pero de Góis, nomeados capitães, que se fizesse guerra aos carijós, pela morte de oitenta homens juntos numa entrada que ordenou para descobrir o interior, em 1531 (ACCSP, I, 276). Essa entrada, segundo os autores, partiu de Cananéia sob o comando de Pero Lobo Pinheiro, um dos capitães da armada de Martim Afonso de Sousa.

4

O documento citado pelos autores vem a ser uma escritura, lavrada em S. Paulo, a 4 de junho de 1594, pelo tabelião Belchior da Costa, em que Maria Afonso, viúva de Marcos Fernandes (o velho) doa em dote à sua filha Francisca Álvares, para seu casamento com Antônio do Zouro, a terça parte de uma data (concedida pela câmara

no arrabalde da vila) pegada a uns chãos que havia comprado de Domingos Luís Grou, já falecido, e com uma data de Gaspar Colaço Vilela. Na mesma escritura, declarou Maria Afonso que vendera parte dos referidos chãos a Alonso Peres Calhamares, casado com uma sua sobrinha (segundo um extrato feito por Washington Luís em 1902, de um livro de notas do tabelião Belchior da Costa, que lhe foi confiado por Silva Leme). A 24 de outubro de 1622, parte dos chãos que pertenceram a Domingos Luís Grou, nas divisas de Gaspar Colaço, foram dados como devolutos a Antônio Raposo Tavares (RGCSP, I, 360).

5

- I- PETRONILHA RODRIGUES ANTUNES, n. por 1600, era filha do bandeirante, Cap. Mor Manuel Preto e de s/m Agueda Rodrigues, instituidores, a 18 de setembro de 1615, da capela de Nossa Senhora da Esperança, no termo da vila de S. Paulo.

Casou por 1616 c. Antônio Jorge (v. INV. E TEST., VIII, 36) já falecido em 1633, filho de Francisco Jorge Velho e de s/m Antônia Dias, esta, irmã de Antônio Dias Arenso, juiz ordinário em Mogí das Cruzes, em 1627, e de João Dias Arenso C.c. Isabel Botelho.

Era Antônio Jorge irmão de Francisco Jorge, o moço, que obteve carta de sesmaria no termo da vila de Mogí Mirim, em 1639, declarando na petição ao Cap. Mor Antônio de Aguiar Barriga ser “neto e filho de povoadores e conquistadores desta capitania”, com família e administrados para sustentar (“Sesm.”, I, 378).

A 27 de novembro de 1638, casou em S. Paulo Petronilha Antunes, viúva, com João Pereira, natural da cidade de Braga, freguesia de S. João de Souto, filho de Gonçalo Pereira e de s/m Marta Pereira, já falecida; em presença das testemunhas Manuel Antunes e (Sé, Lº a fl.16v.). Com toda probabilidade, trata-se da mesma deste título mas, pela falta do seu inventário ou de outros documentos, não se tem ainda a confirmação.

Obteve antes de 1642 uma sesmaria na região de “Hibiturucaia”, nas proximidades do rio Jundiá (“Sesm.”, I, 464).

Antônio Jorge vinha a ser primo irmão de Violante Jorge, casada em S. Paulo, a 11 de fevereiro de 1632, com o Cap. Estácio Ferreira (natural de Aguiar Re...sa, freguesia de Santa Maria de Souzel, filho de Domingos João Pires, já falecido, e de s/m Maria Gonçalves Ferreira) doadores, por escritura, a 25 de janeiro de 1681, do patrimônio para a fundação da capela e mosteiro de S. Bento, em Jundiá, com a cláusula da celebração de uma missa às sextas feiras por alma dos doadores, depois de falecidos (Mazzuia, 57).

Petronilha Rodrigues Antunes, com seus filhos e genros, e o Cap. Rafael de Oliveira, o moço, com mulher e filhos, são considerados os instituidores da matriz de Nossa Senhora do Desterro de Jundiá, em 1651 (Mazzuia, 33 e 34).

Faleceu Antônio Jorge antes de setembro de 1633 e s/m em data incerta, provavelmente em Jundiá. Não foram localizados seus inventários ou testamentos.

Pais de, entre outros:

- II-** ANTÔNIA DIAS PRETO, n. por 1617, C. em S. Paulo a 26 de setembro de 1633 c. o Cap. João Pais Málio, n. em 1609, vereador mais velho em Jundiá, em 1657, falecido com testamento em 1692 (em “Gonçalves”, povoadores de S. Paulo). Faleceu em 1704 com um apontamento em que declara seus quatorze filhos (R. ASBRAP, 6ª, 215) dentre os quais:

- III-** PADRE FRANCISCO JORGE PRETO, batizado em S. Paulo a 30 de maio de 1652, sacerdote secular por ordenação em 1680, no Rio de Janeiro, qualificado no processo de genere et moribus “cristão velho pelos quatro costados” (ACMSP). Exercia em 1690 o cargo de vigário de Guaratinguetá.